



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 30/CONSUNI, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Altera o art. 14 do Regimento da Reitoria da Universidade Federal do Ceará e respectivas alterações no Regimento Interno da Coordenadoria Geral de Auditoria.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista a despacho *ad referendum* do Conselho Universitário (CONSUNI), **datado de 14 de agosto de 2019**, na forma do que dispõe o artigo 3º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, combinado com o artigo 25, letra *q*, do Estatuto em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 14 do Regimento da Reitoria, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. À Coordenadoria Geral de Auditoria, órgão de assessoramento ao Reitor, cabe a titularidade da auditoria interna da UFC, tendo competência de assistência quanto a assuntos de avaliação técnica, administrativa, contábil, financeira e acadêmica. Possui como função procedimental a elaboração de recomendações no tocante às verificações e exames efetuados, bem como realização de ações de auditorias sob viés amostral, seja por iniciativa própria ou por motivação externa, sendo composta das seguintes subunidades:

I - Auditoria Interna

- a) Divisão de Controles de Gestão
- b) Divisão de Governança
- c) Divisão de Apoio aos Órgãos Externos de Controle

II - Assessoramento Técnico”

Art. 2º Aprovar as alterações no Regimento Interno da Coordenadoria Geral de Auditoria da Universidade Federal do Ceará (CGAUD), a qual integrará esta Resolução.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Resolução nº 11/CONSUNI, de 06 de junho de 2019.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 06 de junho de 2019.

Prof. **Henry de Holanda Campos**
Reitor



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

REGIMENTO INTERNO
DA COORDENADORIA GERAL DE AUDITORIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC é órgão de assessoramento ao Reitor, nos termos do Regimento Interno da Reitoria da UFC, e tem por missão institucional:

I - coordenar as ações de assessoramento à alta administração da entidade desenvolvidas por suas subunidades, buscando agregar valor à gestão;

II - fortalecimento da gestão;

III - racionalização das ações de controle;

IV - apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. A Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC é subordinada diretamente ao Magnífico Reitor, dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade, conforme disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988, e art. 15, § 4º, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

Art. 2º A Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC será responsável pela execução das ações de auditoria e assessoramento, em consonância com as competências do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 1.233/2012-Plenário) e de conformidade com as disposições contidas no Capítulo V, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, tendo por objetivos:

I - adicionar valor e coordenar as ações voltadas ao aperfeiçoamento das operações da organização.

II - auxiliar a organização a alcançar seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa.

CAPÍTULO II
DAS FUNÇÕES

Art. 3º A Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC tem por finalidade o trabalho de caráter preventivo e avaliativo, tendo por funções:

I - coordenar as ações de assessoramento ao gestor na regularidade das gestões contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade;

II - orientar os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas, proferindo considerações sobre a gestão de riscos na Universidade e atentando para a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, da economicidade e da transparência;

III - assessorar os ordenadores de despesas com a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e despesa, com vistas à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis;

IV - assessorar os órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira, com informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades;

V - assessorar o gestor sobre o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles setoriais da Instituição;

VI - assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento, por meio do acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão;

VII - verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente, por meio do acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão;

VIII - verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

IX - examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade;

X - propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

XI - acompanhar a implementação das recomendações, determinações e orientações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

XII - elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria

Interna RAINT, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle.

XIII - Intermediar as atuações *in loco* dos órgãos federais de controle, sendo responsável pela interlocução imediata desses órgãos com os diversos setores da UFC.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º A Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC é titularizada pelo Coordenador Geral, e corpo técnico formado por Auditores, Contadores, Administradores, Analistas e Técnicos de Tecnologia da Informação, Assistentes em Administração e Auxiliares Administrativos, em número suficiente para atender às suas finalidades, sendo composta das seguintes subunidades:

I- Auditoria Interna

- a) Divisão de Controles de Gestão
- b) Divisão de Governança
- c) Divisão de Apoio aos Órgãos Externos de Controle

II- Assessoramento Técnico

§ 1º A nomeação e exoneração do Coordenador Geral de Auditoria da Universidade Federal do Ceará será efetivada pelo Magnífico Reitor e submetida à aprovação do CONSUNI e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, nos termos do disposto no item II, do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

§ 2º A lotação dos demais membros do corpo técnico da Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC será submetida pelo Coordenador Geral à aprovação do Magnífico Reitor.

Art. 5º A Auditoria Interna é composta de Divisões Especializadas listadas no art. 4º, a serem capitaneadas por servidores designados por ato formal do Magnífico Reitor, por indicação do Coordenador Geral para as respectivas áreas.

Art. 6º A UFC providenciará o suporte necessário de recursos humanos e materiais, para o regular funcionamento da Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC nos termos do art. 14 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, mediante solicitações do Coordenador Geral.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 7º São atribuições específicas do Coordenador Geral, titular da Coordenadoria Geral da UFC:

a) coordenar todas as atividades de competência do setor, caracterizando-se como chefe superior do corpo técnico de servidores técnico-administrativos lotados na Coordenadoria Geral de Auditoria; e;

b) assessorar diretamente o Magnífico Reitor em suas tomadas de decisões no que diz respeito ao aprimoramento das rotinas de controle interno, bem como no atendimento às demandas dos órgãos federais de controle.

§ 1º Compete, ademais, ao Coordenador Geral delimitar e coordenar todos os trabalhos de auditoria, evitando executar atividades que impliquem atos de cogestão, em atendimento ao Acórdão nº 105/2010 - TCU - 1ª Câmara, mantendo a autonomia e a imparcialidade de seus servidores de modo a impedir conflitos de interesse porventura existentes.

§ 2º O Coordenador Geral deve informar, periodicamente, ao Conselho Universitário (CONSUNI) sobre o andamento e os resultados da execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT).

§ 3º Nos casos de ausências do Coordenador Geral, a incumbência descrita no parágrafo anterior deverá ser cumprida pela subunidade descrita no art. 5º.

Art. 8º À Auditoria Interna compete:

a) supervisionar a operacionalização das atividades e funções de auditoria em sentido estrito, nos termos deste Regimento Interno, em consonância com o Regimento Interno da Reitoria da UFC, caracterizando-se como chefe imediato do corpo técnico de servidores técnico-administrativos vinculados às suas divisões;

b) supervisionar as equipes de auditoria em trabalhos de campos específicos, conforme as previsões específicas nos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna da UFC;

c) capitanear ações propositivas de auditoria que pugnem pelo avanço da Governança, da Gestão de Riscos e da Política de Integridade da UFC.

d) efetuar as ações de apoio e assessoramento à alta administração da UFC.

Art. 9º Ao Assessoramento Técnico compete auxiliar diretamente o Coordenador-Geral de Auditoria nas atribuições descritas no art. 7º desta Resolução, prestando apoio na operacionalização das atividades e funções de auditoria em sentido estrito, nos termos deste Regimento Interno.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O corpo técnico da Coordenadoria Geral de Auditoria da UFC será identificado por credencial expedida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFC, ou por carteira de identificação referendada pela Associação dos Auditores Internos do MEC (FONAIMEC).

§ 1º O corpo técnico identificado nos termos deste artigo está habilitado a proceder levantamento e colher informações indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º Os dirigentes de entidades e unidades ligadas direta ou indiretamente à Universidade Federal do Ceará devem proporcionar aos membros de Coordenadoria Geral de Auditoria amplas condições de trabalho e permitir-lhes livre acesso a informações, dependências e instalações, bens, títulos, documentos, valores e reuniões, inclusive aquelas aprazadas pelo Conselho Universitário.

§ 3º O Coordenador Geral possuirá a autonomia para determinar o escopo dos trabalhos, aplicando as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria.

§ 4º O cargo de Coordenador Geral não poderá ser titularizado por servidores de órgãos externos ao Ministério da Educação.

Art. 11. As conclusões das ações de auditoria serão condensadas em Relatório de Auditoria, que constituirá o documento básico dos trabalhos de auditoria, a serem apresentados ao Dirigente Máximo e gestores afins.

Art. 12. As demandas de informações e providências emanadas da Coordenadoria Geral de Auditoria terão prioridade administrativa na Universidade, e sua recusa ou atraso importará em representação para a Administração Superior.

Art. 13. Quando dos trabalhos de campo houver necessidade de especialistas fora da área de atuação do auditor, poderá ser requisitado pelo responsável da Coordenadoria Geral de Auditoria profissional habilitado para acompanhar os trabalhos a serem executados.

Art. 14. Os casos omissos deste Regimento interno serão resolvidos pelo CONSUNI.

Art. 15. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 06 de junho de 2019.

Prof. Henry de Holanda Campos
Reitor